

Conteúdo	PDFs	Lei Seca	Videoaulas	Questões	Revisão			
					24 h	7 dias	30 dias	90 dias
PROVA DISCURSIVA (MATERIAL - CLIQUE AQUI)								
BLOCO I – CONHECIMENTOS GERAIS - 40 QUESTÕES								
LÍNGUA PORTUGUESA, LITERATURA NACIONAL E REDAÇÃO								
1. Gramática normativa: uso da língua culta.								
2. Fonética e fonologia.								
3. Morfologia.								
4. Sintaxe.								
5. Semântica.								
6. Literatura: texto literário, gêneros literários, principais movimentos literários.								
7. Tipos de textos e gêneros textuais.								
8. Produção e interpretação de texto.								
9. Intertextualidade.								
10. Citações e transcrições.								
11. Redação Oficial: uso da norma culta da linguagem, clareza e precisão, objetividade, concisão, coesão e coerência, impessoalidade, formalidade e padronização.								
RACIOCÍNIO LÓGICO								
1. Estruturas lógicas e noções básicas de lógica: conectivos, tautologia, contradições, contingência, implicações, equivalências, quantificadores, afirmações e negações.								
2. Lógica de argumentação e análise crítica de informações: analogias, inferências, deduções, conclusões e silogismos. Lógica sentencial ou proposicional: proposições simples e composta, tabelas-verdade, diagramas lógicos.								
3. Operações com conjuntos.								
4. Análise, interpretação e utilização de dados apresentados em tabelas, gráficos e diagramas.								
5. Características e relações matemáticas envolvendo problemas aritméticos, figuras geométricas e matrizes.								
6. Noções básicas de Contagem e Probabilidades.								
LÍNGUA INGLESA								
1. Conhecimento e uso das formas contemporâneas da linguagem inglesa.								
2. Compreensão e interpretação de textos variados: domínio do vocabulário e da estrutura da língua, ideias principais e secundárias, explícitas e implícitas, relações intratextuais e intertextuais.								

Conteúdo	PDFs	Lei Seca	Videoaulas	Questões	Revisão			
					24 h	7 dias	30 dias	90 dias
3. Itens gramaticais relevantes para a compreensão dos conteúdos semânticos. Palavras e expressões equivalentes. Elementos de referência.								
DIREITO CONSTITUCIONAL								
1. Constituição de 1988: conceito, contexto histórico, características, estrutura do texto.								
2. Poder constituinte: conceito, espécies, limites.								
3. Controle de constitucionalidade: conceito, espécies, instrumentos de controle.								
4. Princípios Fundamentais. Direitos e Garantias Fundamentais: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Direitos Sociais, Nacionalidade, Direitos Políticos e Partidos Políticos.								
5. Organização do Estado: Organização Político-Administrativa, União, Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios. Intervenção Federal.								
6. Administração Pública: Disposições Gerais, Servidores Públicos Cíveis e Militares.								
7. Poder Legislativo. O Congresso Nacional e suas Casas: atribuições, competências, reuniões e comissões. Regime Jurídico-constitucional dos Parlamentares. Processo Legislativo. Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária.								
8. Poder Executivo: atribuições e responsabilidades do Presidente da República. Atribuições dos Ministros de Estado.								
9. Poder Judiciário: órgãos, composição, garantias e competências. Funções Essenciais à Justiça.								
10. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.								
DIREITO ADMINISTRATIVO								
1. Conceitos e princípios. Estado. Governo. Administração Pública. Reformas administrativas.								
2. Organização da Administração. . Entidades paraestatais e o Terceiro Setor. A Administração na Constituição de 1988								
3. Poderes e Deveres Administrativos: poder discricionário, poder regulamentar, poder hierárquico e disciplinar, poder de polícia. Uso e abuso de poder.								
4. Atos Administrativos: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécies, extinção, nulidades e revogação.								
5. Agentes Públicos: disposições constitucionais, regime jurídico, Lei nº 8.112/1990, cargo público, provimento, investidura, estabilidade, acumulação, regime disciplinar e seguridade social.								
6. Processo Administrativo Federal. Lei nº 9.784/1999.								

Conteúdo	PDFs	Lei Seca	Videoaulas	Questões	Revisão			
					24 h	7 dias	30 dias	90 dias
7. Licitações e contratos administrativos: Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 14.133/2021: conceito, princípios, contratação direta, modalidades, tipos e aspectos procedimentais. Pregão: Lei nº 10.520/2002, conceito, espécies, objeto, regulamentação e aspectos procedimentais.								
8. Controle Interno e Externo da Administração.								
9. Responsabilidade Civil do Estado.								
10. Improbidade Administrativa.								
11. Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).								
12. Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).								
13. Regime jurídico-administrativo na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Lei nº 4.657/1942) e suas alterações.								
BLOCO II - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - 30 QUESTÕES								
ADMINISTRAÇÃO								
Contabilidade Geral.								
1. Teoria, conceitos, objetivos, evolução histórica e tendências. Princípios fundamentais de contabilidade. Normas brasileiras de contabilidade.								
2. Patrimônio e variações patrimoniais: conceitos de patrimônio, ativos, passivos e patrimônio líquido. Aspecto qualitativo e quantitativo do patrimônio. Representação gráfica do patrimônio e equação básica da contabilidade. Formação, subscrição e integralização de capital, registros de mutações patrimoniais e apuração do resultado.								
3. Plano de Contas e procedimentos de escrituração: conceito, classificação (patrimoniais e de resultado) e natureza das contas (devedoras e credoras). Método das partidas dobradas, mecanismos de débito e crédito, origens e aplicações de recursos. Elementos essenciais do lançamento contábil. Regimes de competência e de caixa. Balancete de verificação. Livros utilizados na escrituração.								
4. Avaliação de ativos e passivos: normatização, conceitos, reconhecimento, mensuração inicial e mensuração subsequente. Custo histórico, custo corrente, valor realizável ou valor de liquidação e valor presente. Valor justo. Valor recuperável de ativos. Atualização monetária. Método da equivalência patrimonial. Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes.								
5. Mensuração e reconhecimento de operações: normatização, conceito, mensuração e reconhecimento das diversas transações inerentes à atividade das sociedades empresárias.								
6. Operações fiscais e tributárias: conceitos, contabilização e cálculo de tributos federais, estaduais e municipais, contribuições previdenciárias, FGTS e outras operações.								

Conteúdo	PDFs	Lei Seca	Videoaulas	Questões	Revisão			
					24 h	7 dias	30 dias	90 dias
7. Passivos e ativos fiscais correntes e diferidos. Diferenças temporária: tributável e dedutível. Prejuízos e créditos fiscais.								
8. Combinação de negócios: normatização, conceito, mensuração e reconhecimento das operações de cisão, fusão, incorporação, extinção e alteração de controle. Reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e das participações societárias de não controladoras na adquirida. Reconhecimento e mensuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou do ganho proveniente de compra vantajosa.								
9. Demonstrações contábeis: apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, critérios de classificação e de avaliação. Componentes do conjunto de demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (ou dos Fluxos de Caixa), Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas. Estrutura e requisitos mínimos de conteúdo nos componentes do conjunto de demonstrações contábeis.								
10. Consolidação das demonstrações contábeis: normatização, mensuração e reconhecimento, conceitos, fundamentos e procedimentos de consolidação.								
11. Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis: normatização, mensuração, apresentação e reconhecimento de transações e saldos em moedas estrangeiras, conversão dos resultados e dos balanços patrimoniais das entidades no exterior, conversão do resultado uma entidade e de seu balanço patrimonial de uma para outra moeda na apresentação das demonstrações contábeis.								
12. Sistema Público de Escrituração Digital - SPED: Decreto nº 6.022/2007, Instrução Normativa RFB nº 2.003/2021. CTG 2001 (R3) - procedimentos técnicos e demais formalidades a serem observados na escrituração contábil em forma digital para fins de atendimento ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).								
Contabilidade de custos.								
1. Sistemas de custos: terminologia aplicada à Contabilidade de Custos, terminologia em entidades não industriais.								
2. Classificação de custos. Custos diretos: custos fixos e variáveis. Distinção entre custos e despesas.								
3. Custos indiretos: alocação e determinação da base para alocação. Custos indiretos: custos fixos e variáveis.								

Conteúdo	PDFs	Lei Seca	Videoaulas	Questões	Revisão			
					24 h	7 dias	30 dias	90 dias
4. Métodos de custeio: por absorção, direto ou variável e ABC (Custeio Baseado por Atividades). Definição, principais características, diferenciação, vantagens e desvantagens de cada método.								
Contabilidade Aplicada ao Setor Público.								
1. Princípios fundamentais de contabilidade sob a perspectiva do setor público. Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público: NBC TSP Estrutura Conceitual, do Conselho Federal de Contabilidade: conceituação, objeto e campo de aplicação.								
2. Legislação: Lei nº 4.320/1964, Decreto nº 93.872/1986, Lei Complementar n.º 101/2000. Lei nº 10.180/2001. Decreto nº 6.976/2009. Aplicações apresentadas nas Partes Geral, I, II, IV e V do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 9ª edição, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117/2021. Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119/2021. Portaria STN nº 1.131/2021.								
3. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público: NBC TSP Estrutura Conceitual/2016.								
4. Receita proveniente de transações sem contraprestação: NBC TSP/CFC nº 1/2016.								
5. Receitas provenientes de transações e eventos com contraprestação: NBC TSP/CFC nº 2/2016.								
6. Provisões, ativos e passivos contingentes: NBC TSP/CFC nº 3/2016.								
7. Estoques: NBC TSP/CFC nº 4/2016.								
8. Contratos de concessão de serviços públicos - Concedente: NBC TSP/CFC nº 5/2016.								
9. Plano de Contas aplicado ao setor público.								
10. Procedimentos contábeis orçamentários: princípios orçamentários, receita orçamentária, despesa orçamentária.								
11. Procedimentos contábeis patrimoniais: composição do patrimônio público. Variações patrimoniais. Avaliação e mensuração de ativos e passivos. Ativo Imobilizado. Ativo Intangível. Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão. Reflexo patrimonial das despesas de exercícios anteriores.								
12. Procedimentos contábeis específicos: operações de crédito, dívida ativa, parcerias público- privadas, regime próprio de previdência social (RPPS), precatórios em regime especial, consórcios públicos.								

Conteúdo	PDFs	Lei Seca	Videoaulas	Questões	Revisão			
					24 h	7 dias	30 dias	90 dias
13. Demonstrações contábeis: apresentação, aspectos conceituais, finalidades, normatização, forma de elaboração e seus elementos. Componentes do conjunto de demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas. Consolidação das demonstrações contábeis.								
14. Controle Interno: abrangência, classificação, estrutura e componentes.								
Auditoria Contábil.								
1. Normas Técnicas de Auditoria Independente.								
2. Conceito, objetivo e finalidade da auditoria contábil. Tipos de auditoria. Auditorias interna e externa. Controle interno. Papéis de trabalho.								
3. Estrutura conceitual para trabalhos de asseguarção: Princípios éticos e normas de controle de qualidade. Descrição dos trabalhos de asseguarção. Trabalho de atestação e trabalho direto. Trabalho de asseguarção razoável e trabalho de asseguarção limitada. Abrangência da estrutura conceitual. Relatório de trabalho que não é de asseguarção.								
4. Objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria.								
5. Responsabilidade do auditor.								
6 Planejamento da auditoria de demonstrações contábeis.								
7. Identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante por meio do entendimento da entidade e do seu ambiente.								
8. Procedimentos analíticos.								
9. Formação da opinião e emissão do relatório de auditoria.								
10. Modificações na opinião do auditor independente.								
11. Parágrafos de ênfase e parágrafos de outros assuntos no relatório do auditor independente.								
12. Outros aspectos relevantes no trabalho de auditoria.								
Auditoria no setor público federal:								
1. Conceitos, finalidades e objetivos dos controles interno e externo.								
2. O papel do TCU: competências e atribuições constitucionais e legais. O TCU e o Congresso Nacional. Apreciação e julgamento de contas. Tomadas e Prestações de Contas. Tomada de Contas Especial. Controles prévio, concomitante e a posteriori.								
3. Normas de Auditoria do TCU (Anexo da Portaria-TCU nº 280/2010). Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP). Manual de Auditoria Operacional do TCU. Manual de Auditoria Financeira do TCU.								

Conteúdo	PDFs	Lei Seca	Videoaulas	Questões	Revisão			
					24 h	7 dias	30 dias	90 dias
4. O papel da auditoria no setor público: governança e análise de risco, elementos de risco e de controle, aplicação da estrutura conceitual de análise de risco.								
5. Objetivos, técnicas, procedimentos e planejamento dos trabalhos de auditoria governamental.								
Licitações e contratos.								
1. Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 14.133/2021: normas gerais, definições, princípios e vedações sobre licitações e contratações públicas.								
2. Tratamento diferenciado e favorecido, direito de preferência e margem de preferência: Lei Complementar nº 123/2006, Decreto 8.538/2015, Lei nº 8.248/1991, Decreto nº 7.174/2010 e Decreto nº 7.546/2011.								
3. Planejamento e execução: projeto, projeto básico, projeto executivo e documentação as built.								
4. Orçamento base de referência. Custos unitários e globais. Bonificações e despesas indiretas. Decreto nº 7.983/2013. Previsão orçamentária e financeira.								
5. Modalidades, tipos de licitação e regime de execução. Decreto nº 9.412/2018. Parcelamento do objeto. Fracionamento de despesa.								
6. Serviços Técnicos Profissionais Especializados. Serviços com alocação de mão de obra: legislação trabalhista aplicável; metodologia de formação de custos constante na Instrução Normativa nº 5 do Ministério do Planejamento e Orçamento e Gestão (atual Ministério da Economia), de 26 de maio de 2017. Decreto nº 9.507/2018. Serviços de Publicidade. Lei nº 12.232/2010.								
7. Compras e o Sistema de Registro de Preços. Decreto nº 7.892/2013.								
8. Contratação direta: dispensa de Licitação, inexigibilidade de licitação.								
9. Procedimento licitatório: edital de licitação; publicação; impugnações; habilitação; julgamento de propostas; homologação; revogação e anulação da licitação; adjudicação.								
10. Contratos Administrativos: noções gerais, formalização, cláusulas necessárias, cláusulas exorbitantes, prestação de garantia, duração dos contratos, prorrogação de prazos, nulidade.								
11. Execução e alteração dos contratos.								
12. Inexecução e rescisão contratual.								
13. Sanções Administrativas, tutela judicial e aspectos penais.								
14. Recursos administrativos.								
15. Convênios Administrativos e instrumentos de cooperação. Decreto nº 6.170/2007. Lei nº 13.019/2014.								
16. Pregão presencial e eletrônico: Lei nº 10.520/2002. Decreto nº 3.555/2000. Decreto nº 10.024/2019.								
17. Tribunal de Contas da União: fiscalização e controle externo nas licitações e contratações públicas. Súmulas do TCU.								

Conteúdo	PDFs	Lei Seca	Videoaulas	Questões	Revisão			
					24 h	7 dias	30 dias	90 dias
Administração Orçamentária e Financeira:								
1. Orçamento Público: conceitos e princípios. Orçamento-programa: fundamentos e técnicas. O orçamento na Constituição de 1988. Processo de planejamento orçamentário: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. Leis de créditos adicionais.								
2. Ciclo orçamentário: elaboração, discussão, votação, aprovação, execução e avaliação.								
3. Classificações orçamentárias: conceituação, classificação e estágios da receita e da despesa públicas.								
4. Dívida ativa. Regime de adiantamento (suprimento de fundo). Restos a pagar. Despesas de exercícios anteriores. Dívida pública. Descentralização de créditos. Conta única do Tesouro Nacional.								
5. Manual Técnico de Orçamento: itens 1 a 4 e 7.								
6. Retenção de tributos federais: Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.								
7. Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI): conceito, objetivos, usuários e segurança do sistema (princípios e instrumentos).								